



DE 20 A 24 JUNHO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 272/XIII](#)

Aprova o processo extraordinário de restauração de freguesias extintas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro
Autoria BE

AGRICULTURA

[Portaria n.º 174/2016 - Diário da República n.º 117/2016, Série I de 2016-06-21](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Primeira alteração da [Portaria n.º 348/2015](#), de 12 de outubro, que estabelece as regras do regime de autorizações para a plantação da vinha

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 30/2016 - Diário da República n.º 120/2016, Série I de 2016-06-24](#)

Ambiente

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 79/2013](#), de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe para a ordem jurídica interna a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/573](#) da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/574](#), da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a [Diretiva Delegada \(UE\) 2015/863](#) da Comissão, de 31 de março de 2015

ARBITRAGEM

[Aviso n.º 51/2016 - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a União das Comores aderiu à Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, adotada em Nova Iorque, a 10 de junho de 1958

CASA DO DOURO – PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIO

[Lei n.º 19/2016 - Diário da República n.º 120/2016, Série I de 2016-06-24](#)

Assembleia da República

Regime aplicável ao património da Casa do Douro

EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 8294-A/2016 - Diário da República n.º 120/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-06-24](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação

Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2016-2017, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário

ENERGIA

[Portaria n.º 173/2016 - Diário da República n.º 117/2016, Série I de 2016-06-21](#)

Economia

Estabelece os termos e condições para a atribuição de potência de injeção de energia elétrica em determinado ponto da RESP aplicáveis no âmbito da modalidade especial do regime de remuneração da produção em cogeração titulado por licença

ERSE

[Diretiva n.º 12/2016 - Diário da República n.º 120/2016, Série II de 2016-06-24](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Tarifas sociais de eletricidade a vigorar de 1 julho a 31 de dezembro de 2016

 **FAMÍLIA E MENORES**

[Resolução da Assembleia da República n.º 111/2016 - Diário da República n.º 118/2016, Série I de 2016-06-22](#)

Assembleia da República

Adoção de medidas integradas de incentivo à natalidade e de proteção da parentalidade

 **FINANCEIRO**

[Resolução da Assembleia da República n.º 114/2016 - Diário da República n.º 118/2016, Série I de 2016-06-22](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a inventariação e classificação dos bens culturais que ficaram sob tutela do Estado no decurso dos processos de nacionalização do Banco Português de Negócios e de resgate do Banco Privado Português

BANCO DE PORTUGAL

[Novas regras aplicáveis aos pagamentos com cartões](#)

[Boletim Estatístico - junho 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 65|2016: Endividamento do setor não financeiro - abril de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 64|2016: Financiamento das administrações públicas - abril de 2016](#)

[Alerta sobre suposta concessão de crédito fácil](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma Regulamentar n.º 7/2016-R, de 6 de junho](#)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2016

[Circular n.º 1/2016, de 6 de junho](#)

Informação sobre os montantes cobrados, por concelho, a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

[Atividade desenvolvida pelo FGA no Primeiro Trimestre de 2016](#)

 **FISCAL**

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 20193/2016, de 23/06](#) - Sistema de inventário permanente (SIP) e contabilidade regularmente organizada como condição de atribuição de benefícios fiscais; periodicidade de registo contabilístico em SIP.

[A Autoridade Tributária e Aduaneira - AT disponibiliza atendimento aos contribuintes surdos.](#)

 **FUNÇÃO PÚBLICA**

[Lei n.º 18/2016 - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Assembleia da República

Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho

 **IMOBILIÁRIO**

[Decreto-Lei n.º 28/2016 - Diário da República n.º 119/2016, Série I de 2016-06-23](#)

Economia

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/2013](#), de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a [Diretiva n.º 2010/31/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010

 **MAR**

[Portaria n.º 177/2016 - Diário da República n.º 120/2016, Série I de 2016-06-24](#)

Defesa Nacional e Mar

Regulamento de Balizagem Marítima Nacional

 **NOTARIADO**

[Acórdão n.º 320/2016 - Diário da República n.º 118/2016, Série II de 2016-06-22](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 16.º, n.º 1, da Portaria n.º 385/2004, de 16 de abril (aprova a tabela de honorários e encargos da atividade notarial)

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Lei n.º 17/2016 - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Assembleia da República

Alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 32/2006](#), de 26 de julho (procriação medicamente assistida)

[Portaria n.º 176/2016 - Diário da República n.º 119/2016, Série I de 2016-06-23](#)

Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Fixa os preços dos cuidados de saúde prestados nas unidades de internamento de cuidados integrados pediátricos de nível 1 (UCIP nível 1) e de ambulatório pediátricas no âmbito das experiências piloto a desenvolver no contexto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

[Despacho n.º 8146-A/2016 - Diário da República n.º 118/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-06-22](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina a criação, e estabelece disposições, do Grupo de Acompanhamento dos Hospitais (GAH) que integram o Serviço Nacional de Saúde

 **TMT**

[Acórdão n.º 138/2016 - Diário da República n.º 118/2016, Série II de 2016-06-22](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída da interpretação do artigo 113.º, n.º 1, alínea II), e n.º 6, da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, (na redação resultante do Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, posteriormente modificada), em conjugação com o artigo 54.º, n.º 5, daquela mesma lei (na redação originária) e com o artigo 26.º, n.º 2, alínea c), e n.º 3, do Regulamento da Portabilidade, na redação alterada pelo Regulamento do ICP - ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações n.º 114/2012, de 13 de março, com o sentido de que as contraordenações a estabelecer por via de regulamento editado pelo regulador podem sancionar com coima o incumprimento da obrigação de pagamento das compensações devidas dentre operadores por ofensa das regras de portabilidade dos números de telefone

 **TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA**

[Aviso n.º 50/2016 - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte formulou uma declaração, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, pela qual reconhece a jurisdição obrigatória daquele Tribunal

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

[Aviso n.º 53/2016 - Diário da República n.º 117/2016, Série I de 2016-06-21](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte efetuou uma aplicação territorial em relação a Gibraltar, relativa ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotado em Roma, em 17 de julho de 1998

[Aviso n.º 54/2016 - Diário da República n.º 117/2016, Série I de 2016-06-21](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, efetuou uma aplicação territorial em relação a Gibraltar, ao Acordo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, feito em Nova Iorque, a 9 de setembro de 2002

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 10/2016/A - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Resolve pronunciar-se por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 23/2016/M - Diário da República n.º 116/2016, Série I de 2016-06-20](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Requer ao Tribunal Constitucional a apreciação da inconstitucionalidade e ilegalidade da norma relativa à retenção da sobretaxa de IRS para 2016 por parte do Estado

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 23/2016/M - Diário da República n.º 120/2016, Série I de 2016-06-24](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Estabelece o regime da responsabilidade financeira da Região Autónoma da Madeira na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Defesa

[Diretiva \(UE\) 2016/970 da Comissão, de 27 de maio de 2016, que altera a Diretiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa](#)

Défice excessivo

[Decisão \(UE\) 2016/1000 do Conselho, de 17 de junho de 2016, que revoga a Decisão 2009/416/CE sobre a existência de um défice excessivo na Irlanda](#)

[Decisão \(UE\) 2016/1022 do Conselho, de 17 de junho de 2016, que revoga a Decisão 2010/401/UE sobre a existência de um défice excessivo em Chipre](#)

[Decisão \(UE\) 2016/1023 do Conselho, de 17 de junho de 2016, que revoga a Decisão 2010/289/UE sobre a existência de um défice excessivo na Eslovénia](#)

Branqueamento de capitais e elisão e evasão fiscais

[Decisão \(UE\) 2016/1021 do Parlamento Europeu, de 8 de junho de 2016, sobre a criação de uma comissão de inquérito para investigar alegadas contravenções ou má administração na aplicação do direito da União relacionadas com o branqueamento de capitais e com a elisão e a evasão fiscais — atribuições, composição numérica e duração do mandato](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Financeiro

[Parecer do Banco Central Europeu, de 29 de abril de 2016, sobre uma proposta de regulamento que altera, no que diz respeito a determinadas datas, o Regulamento \(UE\) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros, o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 relativo ao abuso de mercado e o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Valores Mobiliários, e sobre uma proposta de diretiva que altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros, no que diz respeito a determinadas datas \(CON/2016/27\)](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[A União Europeia fixa objetivos ambiciosos para as suas relações com a China](#)

A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e a Comissão Europeia adotaram uma Comunicação Conjunta, intitulada «Elementos de uma nova estratégia da UE para a China», que define a relação da União Europeia com a China para os próximos cinco anos.

Comissão Europeia – Declaração

[Declaração da Comissão sobre o acórdão do Tribunal Constitucional alemão](#)

Tomamos nota do acórdão do dia de hoje do Tribunal Constitucional alemão, em que este rejeita as contestações ao Programa relativo às Transações Monetárias Definitivas (TMD) do Banco Central Europeu.

Saudamos o facto de, no essencial, o Tribunal confirmar a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 16 de junho de 2015. O Banco Central Europeu atua no âmbito do seu mandato, tal como previsto pelo Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Ao mesmo tempo que respeita a independência do Banco Central Europeu, a Comissão Europeia está plenamente de acordo com o BCE no cumprimento do seu mandato.

[UK Referendum on Membership of the European Union: Questions & Answers](#)

Consulta pública

Transportes:

[Consulta pública sobre sistemas de transportes inteligentes cooperativos](#)

24.06.2016 – 16.09.2016

PARLAMENTO EUROPEU

[Parlamento Europeu quer mais ambição para renováveis e eficiência energética](#)

Os eurodeputados querem um pacote «clima e energia» para 2030 mais ambicioso, que aumente até 30% a meta da UE para as energias renováveis. Quanto à eficiência energética, afirmam que o objetivo de 20% para 2020 está em risco, instando a que a atual legislação europeia seja plenamente aplicada a nível nacional

[Parlamento Europeu aprova regras mais claras para 16 milhões de casais internacionais na EU](#)

O Parlamento Europeu votou hoje duas propostas que visam clarificar as regras aplicáveis aos regimes de bens dos casais que contraíram casamento ou uma parceria registada em situações transfronteiras (ou seja, casais de diferentes nacionalidades e/ou que possuem bens noutro país da UE). O objetivo é proporcionar a estes casais e às suas famílias maior segurança jurídica em caso de divórcio, separação ou morte. As normas serão aplicáveis em 18 Estados-Membros, incluindo Portugal.

[Três eurodeputados portugueses na nova comissão de inquérito sobre os Documentos do Panamá](#)

Os eurodeputados portugueses José Manuel Fernandes (PPE), Nuno Melo (PPE) e Ana Gomes (S&D) vão integrar a nova comissão de inquérito do Parlamento Europeu sobre os Documentos do Panamá, que vai investigar alegadas contravenções ou má administração, pela Comissão ou pelos Estados-Membros, na aplicação das regras europeias relacionadas com o branqueamento de capitais e com a elisão e a evasão fiscais.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

[Tunísia: Conselho aprova assistência financeira](#)

O Conselho adotou uma decisão que prevê a concessão de assistência macrofinanceira à Tunísia no valor máximo de 500 milhões de euros.

[Elisão fiscal das empresas: Conselho define posição sobre as regras antielisão fiscal](#)

Na pendência do parecer do Parlamento Europeu, o Conselho definiu a sua posição sobre um projeto de diretiva que visa as práticas comuns de elisão fiscal das empresas.

CONSELHO EUROPEU

[Declaração dos dirigentes da UE e da Presidência neerlandesa sobre o resultado do referendo no Reino Unido](#)

Declaração conjunta de Donald Tusk, Presidente do Conselho Europeu, Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu, Mark Rutte, Presidência rotativa do Conselho da UE, e Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia, sobre o resultado do referendo realizado no Reino Unido.



CARLOS NORONHA FEIO
(detalhe)

S/título, 2009

Óleo s/ tela

(6) 50 x 30 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 23 DE JUNHO DE 2016

[Foi decidido e aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- O Governo decidiu que, não obstante os diversos mecanismos de controlo existentes, na sua qualidade de acionista incumbirá a nova administração da CGD de proceder à abertura de uma auditoria independente a atos de gestão da CGD praticados a partir de 2000;
- Foram efetuadas alterações legislativas no sentido de flexibilizar o pagamento de dívidas à segurança social através de acordos prestacionais, de modo a aumentar a taxa de cumprimento dos acordos e, simultaneamente, prevenir novas situações de dívida.
- Alargamento da rede de Televisão Digital Terrestre (TDT), atribuindo quatro novos serviços de programas além da oferta existente.
- Apresentar à Assembleia da República uma proposta de resolução para a aprovação do acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a América Central.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011